

Esporte e Educação: reflexões sobre a micropolítica do corpo

Autora: Anelise Lusser

Filiação institucional: mestranda do PPGPS – UERJ

email: anelusser@gmail.com

Este escrito pretende apresentar o estudo que vem sendo desenvolvido no Mestrado de Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com orientação da professora Heliana Conde. A proposta é analisar o impacto dos Jogos Pan-americanos, realizados em 2007 no Rio de Janeiro na relação entre esporte e educação.

Deve-se ressaltar que os Jogos Pan-Americanos foram o primeiro de três grandes eventos esportivos programados, incluindo nesta lista a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esses eventos não são somente práticas isoladas, com data de início e final, mas o ponto central de uma política que visa promover as práticas esportivas nas instituições escolares e nos projetos sociais na cidade.

Passado dois anos dos jogos pan-americanos, vários indicadores apontam uma profunda modificação na importância do esporte dentro das instituições educacionais. Além das 10 novas vilas olímpicas e os cinco grandes complexos esportivos – onde são atendidas cerca de 270 mil crianças por mês – o número de professores de educação física atuando nas escolas da prefeitura neste período foi duplicado (segundo o site oficial da prefeitura).

A justificativa dessa multiplicação de oficinas esportivas é de que seriam um instrumento de “transformação social”. A transformação aqui prometida se dá pela inserção individual de cada sujeito no campo social (família, escola, empresa, legalidade, etc.) e não pela articulação de indivíduos em torno da construção de uma lógica de inserção. A adesão é alta em classes de baixa renda, pois acena com uma possibilidade de ascensão social (sucesso, fama e reconhecimento) para pessoas imersas num universo onde isso é praticamente impossível.

Muito saber já foi produzido sobre este assunto, mas sua vasta maioria está baseada no mesmo suporte teórico que orienta grande parte dessas práticas: a psicologia norte-americana, que produz em larga escala receitas para produzir campeões, unir equipes vencedoras e manter atletas motivados.

O que preocupa neste projeto, mais que a validade dessas práticas e as especificidades de suas relações de poder, é sua massificação e conseqüente institucionalização.

Além da crescente importância dada pela mídia ao tema, chama atenção a uniformidade dos discursos divulgados, que poderia se reproduzir na seguinte frase repetida em quase todas as entrevistas de participantes: “antes eu fazia bagunça, agora eu presto atenção na aula e respeito meus colegas” e/ou “Ao invés de estar fazendo besteiras na rua eu estou aqui, praticando esportes.”

Outra máxima difundida pela mídia é: “o esporte forma cidadãos” ou a variante atenuada: “o esporte ajuda a formar cidadãos”. A cidadania normalmente é pensada apenas em termos de direitos e deveres, temas que por vezes são tratados nos poucos espaços pra discussão existentes. Em conformidade com Rolnik (1995), acreditamos que para pensar cidadania no discurso democrático, é preciso trazer a luz os regimes históricos e políticos – sobretudo micropolíticos – de produção de modos de subjetivação, tirando da sombra a questão da alteridade, entendida como abertura de afetação para o invisível do caos e do devir-outro, em suas dimensões éticas e morais. Sobretudo é preciso repensar sobre os discursos totalizantes/totalitários vigentes na

sociedade: “quando o que está em jogo é o favorecimento da vida em sua potência criadora, a conquista da cidadania, embora necessária, é insuficiente.” (p. 166)

O esporte constitui um lugar privilegiado para a observação das relações de poder numa sociedade. Nas palavras de Vigarello (In Sant’Anna: 2000):

“em um mundo sem transcendências e sem deuses, o esporte seria um dos últimos lugares onde se poderia falar de ideal ou, em outras palavras, se falar do sagrado. Sua própria visibilidade, seu simplismo talvez, sua vontade obscura de se construir um mundo separado e ‘preservado’ o transforma também em um dos lugares de uma hipocrisia rasteira, servil, senão de uma evidente vulnerabilidade. Mais do que outras práticas, o esporte nos revela sociedades”.

Esse uso do esporte é uma tarefa complexa, que exige vários dispositivos. Pretendemos levantar alguns dos pontos de sustentação de tal tecnologia, pois acreditamos que o esporte constitui um lugar privilegiado para a compreensão da sociedade, revelando-nos a intimidade de suas relações de saber/poder. Esse levantamento não implica propor novos modelos educacionais, pois julgamos que pensar em modelos ou programas predeterminados implica necessariamente recair em efeitos reprodutores e reativos. Analisar tecnologias é diagnosticar limites, supondo-os contingências históricas passíveis de desconstrução e de eventual reinvenção pelos sujeitos envolvidos nos processos em pauta.

O Esporte como dispositivo analisador

A instituição escolar é expressão material da idéia de educação do corpo e da constituição de um projeto político de ordem.

A ginástica teve suas bases na cultura popular de circo e acrobatas, mas “transformou-o sob a ótica da ciência, ressignificou-o sob a ótica da utilidade, economia de energias, da moral e da higiene” (Soares, Carmem: 2004, p. 115). Os registros sobre a ginástica e sua inserção na escola traduzem uma compreensão do corpo como objeto de intervenção da ciência, como máquina a ser manipulada. Negando seu lugar de origem e afastando-se da sensibilidade, da subjetividade de quem a ensina e de quem a pratica, a ginástica foi se afirmando ao longo de todo o século XIX no ocidente europeu como parte integrante dos novos códigos de civilidade. As noções de economia e gasto de energia, de cultivo da saúde, passam a ser os princípios organizadores do cotidiano e a ginástica, sua grande divulgadora.

Na instituição escolar o discurso pedagógico que vai predominar é aquele que toma por base os preceitos científicos sobre a ginástica. E é seu caráter higiênico e moral, alargado que contribui para a formação de uma outra estética, a estética da retidão: “é possível afirmar que ao longo do século XIX a Ginástica, posteriormente chamada Educação física, quando ensinada na instituição escolar, foi insistentemente solicitada a responder questões ligadas à ordem, à disciplina, à higiene. Essa demanda imprimiu-lhe uma face higiênica, moral, virtuosa” (idem, p.118).

No Brasil, desde os anos 20, médicos e educadores viam a Educação Física como importante fator de “higiene pessoal” e de coerção social, e os campos de recreação como possibilidades de “saneamento do meio”. Neste contexto, a Educação Física ocupava lugar de evidência, vista como fonte de profilaxia, pois fortificava e disciplinava o caráter e o corpo, ao mesmo tempo em que dirigia a população para “diversões sãs.” (Soares, Carmem: 2003).

Na década de 70, essa idéia toma novo fôlego, impulsionada pela “ambição dos governos militares de abrir espaço, dar visibilidade e estimular a existência de corpos velozes, sadios e úteis”, estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas, embasada na pedagogia tecnicista: “a então recentemente criada educação física escolar

destinada a esta faixa etária caberia ocupar-se do domínio motor, que sempre deveria estar vinculado aos outros domínios; o cognitivo e o afetivo-emocional” (idem).

É nos anos 80 que se inicia um tímido movimento de tornar a Educação Física objeto de estudo das ciências sociais, mas somente no final dessa década ela passa a se constituir a partir de outros modelos, onde a ginástica, os jogos, a dança vão deixando de ser exclusivamente uma questão médica. Esta passagem inaugura “uma compreensão de que não existe uma verdade sobre a Educação Física Escolar e de que seus conteúdos, métodos, objetos são históricos, ressignificam-se... muitas concepções são possíveis e cada uma revela interesses, ambições e receios daqueles que as formulam, dos lugares sociais e políticos que ocupam” (idem).

Pensar o lugar da técnica e do corpo a partir de sua historicidade é “lembrar sensibilidades culturais que em cada situação possibilitam a criação ou o abandono de cada técnica esportiva é uma maneira, entre outras, de perceber que toda a sedução exercida pelo esporte tem razões muito mais complexas do que pode explicar a sua insistente publicidade internacional.” (Sant’Anna, Denise: 2004).

O corpo como texto

Soares (2004) coloca que as marcas do tempo em uma sociedade são reveladas materialmente na arquitetura, no urbanismo, nos utensílios, no maquinário, nos objetos, mas sobretudo no corpo. Ele é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence. Sua materialidade concentra e expõe códigos, práticas, instrumentos, repressões e liberdades, sendo sempre submetido a normas que o transformam assim, em texto a ser lido, em quadro vivo que revela regras e costumes engendrados por uma ordem social.

Como lugar de inscrição da cultura, nos corpos são realizados inúmeros processos, onde elementos são acrescentados e retirados, remetendo-o a determinados códigos e normas que são internalizadas por um meticuloso processo de educação. Os corpos são educados por toda a realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimento: “uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de um modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo lugar onde vivem” (idem, p. 110).

Cada vontade de manter o corpo sob controle é constituída por fragilidades e potências, expressando especificidades e generalidades culturais. A historicidade dessa ambição revela não apenas quanto é complexa a tecnociência relacionada ao controle dos corpos atuais, mas também o quanto eram sofisticados os saberes e técnicas das épocas passadas e de culturas diferentes da nossa, guiadas pela intenção de livrar os corpos das doenças e promover a disciplina alimentar e sexual (Sant’Anna, Denise: 2004).

A vontade de manter o corpo sob controle, se possível desvendando-o exaustivamente, caracteriza a história de numerosas culturas. Com sua materialidade, o corpo educado pela matéria da qual é feito o mundo, circunscreve um retrato da sociedade, revelando assim, toda a imposição de limites sociais e psicológicos que são dados a sua conduta:

“há sempre novas maneiras de conhecer o corpo, assim como possibilidades inéditas de estranhá-lo. Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infindáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confortar, o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida... Pesquisar seus segredos é perceber o quão é vão separar a obra da natureza daquela realizada pelos homens: na verdade, um corpo é sempre ‘biocultural’, tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual” (idem, p.02)

Corpo, disciplinas e biopolítica

Durante séculos a natureza serviu de referência à vida humana e o controle do corpo exigia muito mais o esforço em mantê-lo harmoniosamente relacionado com o meio, a natureza e o cosmo do que sua liberação em relação as forças naturais (terra, fogo, ar e água). A medicina incluía, de uma só vez, o entendimento do interior do corpo e de seu meio social, pois imperava a idéia de que a natureza condicionava a saúde humana: o corpo humano era considerado um microcosmos vivendo no macrocosmos (Sant'Anna, Denise: 2004).

O Cristianismo opera uma profunda transformação: “o homem deve se tornar independente da natureza na medida em que deve caminhar em direção a Deus. Assim, a natureza não é eterna e o homem não é um ser na natureza, mas um ser diante dela” (idem. p. 12). Opera uma separação entre homem e natureza, dotando o primeiro de uma alma eterna que transcende a própria natureza: é através da alma, e não do corpo, que se pode chegar a Deus. Aqui “afirma-se a concepção que atravessará séculos, na qual o ser humano tem um destino original em relação à natureza, graças a sua alma imortal: homem e natureza, tanto quanto alma e corpo, se afirmam como termos opostos” (idem, p. 13)

Opera-se uma lenta passagem entre uma era em que a alimentação estava no centro das preocupações em bem administrar o corpo, para aquela em que, sobretudo a partir do século XII, a sexualidade ocupará este lugar central. O cristianismo não inventa o binômio ativo/passivo, nem as noções de monogamia, mas os tornam questões centrais. Um controle do corpo associa-se ao controle do pensamento, luta corporal e espiritual contra a impureza. O cristianismo transforma aquilo que era uma forma de comportamento minoritária – a castidade – numa atitude cotidiana, normal e geral.

No sec. XVII surge uma nova tecnologia de apropriação do tempo, dos corpos e das forças, cujas bases estão no treinamento dos soldados, ou seja, na descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, que se manipula, se treina, ao mesmo tempo em que se torna hábil, multiplicando suas forças: “o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente... a disciplina fabrica assim, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis... ela dissocia o poder do corpo” (Foucault, Michel. 1996, p. 127) .

O espaço administrativo e político vai sendo pouco a pouco perpassados por esta lógica, impulsionada pela divisão do tempo e da força de trabalho no nascimento da grande indústria: “enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos tem uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e circular em estado livre” (idem, 186). Essas séries de ordenações vão compondo quadros vivos, que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas, segundo uma técnica de poder e um processo de saber: organizando o múltiplo se obtêm um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo.

O olhar hierárquico e a sanção normatizadora são combinados num instrumento específico: o exame. Essa tecnologia permite a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos – do bem e do mal – criando um pólo positivo que gratifica e um negativo que reprime. Simultaneamente vai construindo um saber, uma contabilidade das forças e tempos dos corpos, criada pela acumulação de documentos, correlação de dados, organização de campos comparativos que permitem classificar, formar categorias, estabelecer médias e fixar normas.

Dessa forma inverte-se a economia da visibilidade, tornando-se invisível, mas impondo aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória: ser visto sem cessar, sempre ser visto: “esse poder deve adquirir o instrumento para vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ele mesmo invisível” (idem, p.188)

Paralelamente cresce a preocupação com a população como espécie ou como multidão desorganizada. A aparição histórica das biopolíticas foi levemente posterior a dos aparelhos disciplinares, mas suas estratégias só puderam se incrustar na população graças ao trabalho prévio de disciplinamento operado nos corpos individuais (Sibilia, Paula: 2003). Surge toda uma gama de tecnologias com foco nas populações como conjuntos de seres vivos coexistentes, investidos com técnicas e saberes específicos, de planejamento, regulação e prevenção, a fim de dar condições de vida, para modificá-lhes e impor-lhes normas: “organizar a vida, cultivá-la, protegê-la, garanti-la, multiplicá-la, regulá-la, controlar suas contingências, delimitando as suas possibilidades biológicas ao encaixá-las em um formato pé-estabelecido e definido como normal” (idem, p.161).

Garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem, discipliná-la. Normatizar todas as instâncias da vida de forma a controlar o imprevisível: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (Foucault, Michel. 2008, p. 29).

“No biopoder não há lado de fora... às antigas instituições disciplinares sucederam-se novos mecanismos de dominação, fruto do desenvolvimento tecnológico. Os mecanismos de poder vão se tornando cada vez mais sutis e eficazes, abarcando a vida em todos os aspectos. Os sistemas fechados foram trocados por sistemas abertos. A lógica mecânica e serial foi substituída por uma lógica digital, ondulatória, flexível, mutante, que desconhece fronteiras. As antigas palavras de ordem são, agora, senhas e cifras: ao homem confinado sucede o homem endividado, condenado à dívida perpétua. A prática de confinamento que caracterizou as sociedades disciplinares não se faz mais necessária em um mundo no qual inexistente lado de fora, em que tudo se encontra submetido as regras do capital” (Oliveira, Lucia: 2007. p. 28).

Um sopro de vida

O que está sendo discutido aqui não é o modo como cada projeto alicerçado no esporte se compõe dentro de uma determinada comunidade – isso só poderá ser feito quando a pesquisa for a campo – mas a massificação deste instrumento sem o questionamento de sua dimensão política, como sua implantação sem a promoção da autonomia dos sujeitos nele envolvidos.

As práticas educativas / esportivas são atravessadas pela instituição escola que segundo Rocha (2009) “é uma rede complexa de ações e proposições em que se constrói uma diversidade de caminhos possíveis de serem trilhados, dentre as quais sucessivas práticas de exclusão do que não se encaixa nas expectativas construídas nas tradições e nos manuais de produtividades, sendo o sufocamento coletivo um dos seus principais efeitos” (p. 478).

Esse funcionamento rotinizado que é instalado sobre a justificativa de parecer poupar esforços e agilizar processos, favorece a disposição de dispositivos de manutenção da ordem, repetindo modos de relação, tramas naturalizadoras que acabam restringindo a vida à dualidades estanques – o certo e o errado e o normal e o patológico, por exemplo. Para pensar o ato educativo é fundamental escavar nele o que: “há de histórico,

enquanto uma atividade datada e marcada por um tempo e por um contexto, e o que há de filosófico, enquanto extração de sentido do que é do homem, de como é entendido seu movimento no mundo, do que é conhecimento” (idem, p. 479). Desse modo:

“não se trata apenas de estar atento a fatores de ordem econômica ou psicopedagógica, mas a operadores sócio-histórico-políticos que estão atravessados nas instituições que fazem a vida escolar, desafiando sua comunidade às análises e a intervenção... Os processos de subjetivação se constituem na multiplicidade de forças que requerem tempo e disposição para análises micropolíticas de seu engendramento e isso implica o entendimento de autonomia como prática, como investigação do/no cotidiano em que se produzem as relações entre profissionais, e destes com o trabalho” (idem, p.481).

É preciso encontrar a dimensão coletiva dos processos de produção de sujeitos autônomos e protagonistas nas práticas educativas, pra pensá-la como experiência de criação de si e de modos de viver, assim como Benevides & Passos pensavam as práticas de saúde. Tomar a vida em seu movimento de produção de normas e não de assujeitamento a elas:

“Se o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos, ele está em um plano diferente daquele do estado como figura moderna de transcendência. O plano do público é aquele constituído a partir das experiências de cada homem... Neste sentido, não havendo uma imagem definitiva e ideal do Homem, só nos resta aceitar a tarefa sempre inconclusa da reinvenção de nossa própria humanidade, o que não se pode fazer sem o trabalho constante da produção de outros modos de vida” (Benevides & Passos: 2005. p. 19)

Para Pelbart (2002), é preciso ‘escovar o presente a contrapelo’ (parafrazeando Benjamin) e examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam nesse contexto, pois nenhuma relação de poder pode ser imposta unilateralmente de cima para baixo. Precisamos de instrumentos novos, talvez mais esquizos para avaliar a capacidade a capacidade social de produzir o novo, que está disseminada por toda a parte. Todos produzem constantemente, mesmo aqueles que não estão diretamente vinculados ao processo produtivo. Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. Todos detém a força invenção, cada cérebro corpo é força de valo, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de auto-valorização: biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. “É esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e ser afetado e de constituir para si uma comunidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica” (idem).

Colocar em discussão essas práticas, investigar quais as instituições as atravessam, quais suas linhas de fuga e captura, suas estratégias de poder e de resistência, é criar pequenos espaços, rupturas onde uma diferença possa se instalar. Esse escrito é um pequeno sopro de vida, que ousa acreditar que pode oxigenar algumas velhas verdades, abrindo pequenas descontinuidades por onde algo de novo possa surgir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A Humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, nº 03, Rio de Janeiro, jul/set 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- _____. *Segurança, Território e População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa de. *Corpos Indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*. São Paulo: Beca, 2007.
- PELBART, Peter Pal. Biopolítica e Biopotência no coração do Império. *Multitudes*, n. 9, mai-jun 2002.
- ROCHA, Marisa Lopes. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. *Psicologia em Estudo*, v.13, p. 477-484, Maringá, jul/set 2008.
- ROLNIK, Suely. À Sombra da Cidadania: Alteridade, Homem da Ética e Reinvenção da Democracia In MAGALHÃES, Maria Cristina. *Na sombra da Cidade*. Escuta, São Paulo: 1995; p. 141-170.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções. *Motrivivência*, ano XL, nº 15, ago/2000.
- _____. *É Possível Realizar uma História do Corpo?* In *Corpo e História*. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.
- _____. *Transformações do Corpo: controle de si e uso dos prazeres*. In: Margareth Rago; Luiz B L Orlandi; Alfredo Veiga-Neto. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nitzschianas*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, v. 1, p. 99-110.
- SIBÍLIA, Paula. *O Homem pós-orgânico*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- SOARES, Carmem Lúcia. Do corpo, da educação física e de muitas histórias. *Movimento Porto Alegre*, v. 9, nº 3, p. 125-147, set/dez 2003.
- _____. *Corpo, Conhecimento e Educação*. In *Corpo e História*. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.
- VIGARELLO, Georges; CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques. *História do Corpo III: As mutações do olhar: o século XX*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008.